

RESENHA

Zeljko Loparic. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas, UNICAMP/CLE, 2002, 2ª ed. xxix + 327 pp. (Coleção CLE, volume 29)

JOÃOSINHO BECKENKAMP

Universidade Federal de Pelotas - (UFPel)
Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas
96010-770 – Pelotas-RS
jobeck@ufpel.tche.br

O livro de Z. Loparic pode ser visto como a primeira obra de uma nova etapa da recepção das idéias kantianas no Brasil. Depois de um longo período de leituras mais ou menos diletantes de uma ou outra das obras de Kant, tornou-se habitual, na segunda metade do séc. XX, a leitura acadêmica mais concentrada, tecnicamente consistente e, em muitos casos, não só a par dos novos rumos da recepção kantiana pelo mundo afora, mas mesmo à altura dos mesmos. Como não poderia deixar de ser, esta segunda etapa caracteriza-se pela concentração monográfica sobre um ou outro tema da vasta obra kantiana. Amadurecida nesta leitura atenta ao detalhe do texto kantiano, a comunidade acadêmica interessada em Kant está madura também para uma nova etapa desta recepção, na qual as sínteses abrangentes de boa parte, senão do todo, da obra kantiana já não correm o risco do sobrevôo superficial e insignificante. Tendo acompanhado ao longo de décadas os progressos visíveis na segunda etapa da recepção de Kant no Brasil, Z. Loparic abre, com seu livro *A semântica transcendental de Kant*, complementado por uma série de artigos correlatos, a etapa das leituras sistemáticas.

O programa de leitura proposto por Z. Loparic é concebido no horizonte da teoria carnapiana dos sistemas construcionais, a qual, como mostrou o trabalho de J. A. Coffa (*The Semantic Tradition from Kant to Carnap*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1995, p. 207ss.), tem sua origem remota na própria filosofia kantiana. A primitiva “teoria da constituição” (*Konstitutionstheorie*), como Carnap pretendia originalmente chamar o livro que depois sairia com o título de *Der logische Aufbau der Welt* (1928), remonta às teses de Kant sobre construção matemática e constituição teórica de conceitos e sistemas, continuadas e reelaboradas por teóricos da ciência fortemente inspirados em Kant, como Helmholtz, Mach, Avenarius, Natorp, Weyl e Hilbert. Na continuidade deste trabalho, encontram-se mais tarde ainda Popper e Reichenbach, cuja filosofia da ciência é um fruto tardio deste longo processo de maturação de idéias revolucionárias do filósofo de Königsberg. Fazendo um balanço de um século de filosofia da ciência, Loparic constatava,

em 1982, “o colapso do positivismo lógico há cerca de duas décadas”, a partir do qual seria indicado retornar a uma concepção da ciência “como uma atividade de solução de problemas”, uma abordagem “claramente em desacordo com a axiomática que dominou o positivismo lógico desde meados dos anos 30.” (p. 1) Partindo, então, do colapso do positivismo lógico, esclarece ainda Loparic na mesma introdução à sua obra, passou a se perguntar como ele teria nascido, tendo ficado surpreso com a descoberta de que “o positivismo do jovem Carnap não consistia numa teoria da ciência do ponto de vista axiomático, mas sim do ponto de vista heurístico” (p. 1). Passando a investigar “as origens da abordagem da solução de problemas científicos do primeiro Carnap” (p. 2), particularmente no retorno a Mach e Kant, Loparic acaba concluindo “estar diante de uma linha-mestra de desenvolvimento na história da filosofia contemporânea da ciência, que começa com a filosofia transcendental de Kant e prossegue até o primeiro positivismo lógico.” (p. 7) Na perspectiva da leitura de Kant sugerida pela investigação, que propõe a própria filosofia transcendental como “uma teoria *a priori* da interpretabilidade das representações discursivas que compõem proposições sintéticas sobre representações intuitivas” (p. 5), ou seja, como uma semântica *a priori*, Loparic pode mesmo registrar uma deficiência importante do trabalho de Coffa, que reconstitui a história da “tradição semântica” contra Kant, quando seria bem mais o caso de iniciar-se já em Kant “a virada semântica” (p. xvii).

Respondendo a objeções feitas no que diz respeito ao uso do termo “semântica”, o autor reconhece que se trata de uma extensão do uso do termo, originalmente introduzido para designar uma disciplina da lingüística, a saber, a ciência do significado das palavras e frases. A virada lingüística na filosofia contemporânea tornou usual o termo “semântica”, neste sentido de investigação do significado dos termos das linguagens, também entre os filósofos. Bem antes desta virada, no entanto, já se realizava investigação do significado e da referência, não só de termos e expressões da linguagem, mas sobretudo de idéias, conceitos e representações em geral. Loparic menciona o caso de Locke e de Kant (p. xxiii), como autores que se dedicaram à investigação do significado dos conceitos, passando em seguida a defender o emprego do termo “semântica” para designar a investigação do significado e da referência em geral (pp. xxiv e xxv). A semântica transcendental, por seu turno, cobre o leque daquelas representações que são dadas e podem ser conhecidas *a priori*, sendo o termo “semântica transcendental” “usado precisamente para designar aquela parte da lógica transcendental de Kant que estuda “que e como certas representações (intuições e conceitos) são aplicadas [...] unicamente *a priori*” (KrV, B80)” (p. xxiii).

Ainda que se tratasse originalmente de uma interpretação da *Crítica da razão pura* como uma “teoria da solubilidade de problemas necessários da razão pura teórica” (p. xiii), o que se refletia no título da tese defendida em Louvain (1982), *Scientific Problem-Solving*

in *Kant and Mach*, o autor preferiu dar-lhe o título definitivo de *A semântica transcendental de Kant*, por ser a parte essencial da tese “à interpretação da lógica transcendental de Kant como uma semântica *a priori* a serviço de uma teoria de resolução de problemas (heurística)” (p. XV), fundamentando-se a solubilidade dos problemas necessários da razão precisamente “uma semântica *a priori* dos conceitos puros da razão” (p. xiii). Com isto estão suficientemente esclarecidas a origem dos problemas investigados (virada semântica e heurística na abordagem da ciência e da filosofia teórica) e a linha de solução para os mesmos (a semântica *a priori* dos conceitos da razão pura teórica, entendida em sentido amplo).

A envergadura do empreendimento de Loparic é dada pelo propósito de cobrir o sistema kantiano de filosofia pura, sendo a filosofia pura precisamente “aquela parte do conhecimento puro que adquirimos a partir de conceitos pela razão em sentido amplo, isto é, pela nossa faculdade superior de conhecimento em seu todo” (p. 9). Este sistema é dividido por Kant em duas partes, a crítica e a metafísica. A crítica é aquela parte propedêutica que tem por objetivo “à avaliação da nossa capacidade cognitiva como tal” (p. 10), sendo levada a cabo, segundo Loparic, na estética transcendental e na lógica transcendental, estudo respectivamente do *a priori* da sensibilidade e do *a priori* do entendimento e da razão. Já a metafísica, como “apresentação do sistema completo de conhecimentos puros *a priori*” (p. 10), compõe-se de uma parte teórica, a metafísica da natureza, e de uma parte prática, a metafísica dos costumes ou a moral pura. Ainda que esta última seja objeto das investigações mais recentes de Loparic, no intuito de integrá-la em seu programa de leitura semântica, a obra aqui resenhada limita-se à interpretação da metafísica da natureza, dentro do domínio delineado pela primeira *Crítica*. A metafísica da natureza divide-se, por sua vez, em duas partes, a filosofia transcendental e a fisiologia, subdividindo-se esta última em física racional e psicologia racional. A filosofia transcendental, como a “versão crítica da ontologia geral” (p. 11), deverá constituir o núcleo da interpretação da ontologia geral “como uma semântica *a priori* do discurso objetivamente válido sobre a natureza” (p. 11).

No uso do autor, crítica e filosofia transcendental distinguem-se tão-somente pelo grau de detalhamento da análise dos conceitos e princípios *a priori* da razão, estando ambas imbricadas em uma “teoria da solubilidade de problemas”: “A crítica da razão pura [...] constitui o fundamento da teoria da solubilidade dos problemas necessários da razão. Isso significa que a solução kantiana do problema principal da filosofia transcendental: como são possíveis juízos sintéticos *a priori*? serve de fundamento para a solução de uma outra tarefa, de importância ainda maior, a de determinar a capacidade da razão humana de resolver seus próprios problemas” (p. 14). A teoria kantiana da solubilidade dos problemas necessários da razão caracteriza-se por duas teses fundamentais. A primeira afirma a decidibilidade dos problemas da razão pura, sendo assim formulada pelo autor: “Dada

qualquer questão prescrita pela natureza de nossa razão, podemos ou respondê-la, ou provar que não há solução possível” (p. 14). A segunda tese afirma que “os problemas, para serem solúveis, devem referir-se a objetos possíveis” (p. 18), o que introduz em geral a exigência da interpretabilidade em termos de objetos possíveis, válida “universalmente para todos os conceitos e juízos com pretensão à validade objetiva” (p. 20).

A solução do problema geral da filosofia transcendental (como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?) passa pelo esclarecimento do que vem a ser a possibilidade de proposições sintéticas, estruturando-se a análise subsequente da obra de Loparic em termos deste esclarecimento. Pois a possibilidade das proposições “consta de uma condição formal e de duas condições semânticas de sua verdade ou falsidade objetivas” (p. 20). Sendo a condição formal única o tradicional princípio de não-contradição, cujo lugar é a lógica formal, a interpretação semântica da filosofia transcendental se articula precisamente em torno às condições semânticas das proposições sintéticas. A primeira exige “que todos os conceitos não-lógicos que ocorrem numa proposição sintética tenham referência e significado objetivos” (p. 20). É o significado objetivo que constitui a possibilidade ou a validade objetiva de um conceito, sendo essa “assegurada por sua ‘sensificação’ (*Versinnlichung*), isto é, interpretação sensível” (p. 21). A interpretação sensível dos conceitos conta com dois domínios de objetos, “o domínio dos possíveis *construtos* na intuição pura, ou domínio dos esquemas puros, e o domínio dos possíveis objetos empíricos, ou *exemplos*” (p. 21), esgotando estes dois domínios a esfera dos objetos possíveis, sobre os quais deve ser possível interpretar todos os conceitos. A segunda condição semântica de proposições sintéticas diz respeito à forma destas proposições: “Para garantir que esses juízos sejam possíveis, é necessário dar uma interpretação objetiva ou sensível de sua forma lógica” (p. 23). Esta tarefa é realizada por Kant na analítica transcendental da *Crítica da razão pura*, particularmente nos capítulos sobre o esquematismo transcendental e sobre os princípios do entendimento, mostrando o primeiro “*que e como* formas lógicas de proposições são aplicáveis a determinações temporais intuitivas puras, que são expressáveis conceitualmente por meio de conceitos puros do entendimento” (p. 23), e o segundo, que “as formas intuitivas das determinações temporais puras e as categorias correspondentes a elas têm também que se aplicar a aparecimentos ou intuições empíricas” (p. 23).

A razão em geral, ou o “sistema humano de solução de problemas teóricos e práticos em geral” (p. 84), é caracterizado como um dispositivo espiritual “que executa espontaneamente, embora de forma necessária e não-intencional, operações mais ou menos complicadas em busca de um quadro unificado de conhecimentos empíricos, controladas por regras parcialmente inatas, isto é, necessárias” (p. 100). Em seu estado inicial, este dispositivo é uma mera capacidade de executar operações unificadoras segundo regras que o constituem, não possuindo “qualquer conhecimento objetivo de seus possíveis produtos”

(p. 84). Para chegar ao conhecimento efetivo de objetos, este dispositivo tem de ser alimentado por uma fonte receptiva, pois “os únicos dados diretamente relacionados a objetos são as sensações” (p. 84). Na investigação da estrutura deste dispositivo, no entanto, busca-se um conhecimento formal e discursivo das incógnitas iniciais, envolvidas em um conjunto primitivo “de mandos e de regras para operar (executar operações sobre os dados sensíveis que poderão vir a ser fornecidos pelos sentidos)” (p. 85). A teoria kantiana do conhecimento *a priori* caracteriza-se pela insistência em negar qualquer caráter intuitivo a estas regras e máximas da razão em geral, afirmando, ao contrário, que a coação controladora que elas exercem sobre as operações cognitivas não constitui uma afecção intuitiva, mas uma determinação das “operações de nossa espontaneidade, tanto no domínio das intuições quanto no domínio dos conceitos e julgamentos”, caracterizável como “uma influência intelectual” (p. 109).

A razão em geral pode ser definida, assim, como um “sistema de comandos” ou um sistema de “regras e máximas” (p. 108) que permitem controlar operações cognitivas realizadas sobre dados da sensibilidade. Em sua especificação, a investigação descobre regras constitutivas do entendimento (cf. p. 112ss.), regras meramente regulativas da razão (cf. p. 114ss.) e regras da faculdade do juízo (cf. p. 116s.). Em seu estado inicial, o dispositivo solucionador de problemas projeta a partir destas regras dois tipos de incógnitas transcendentais, as incógnitas de problemas objetuais, que têm sua instanciação objetual em objetos empíricos, e as incógnitas de problemas sistêmicos, cuja intenção referencial esvai-se em meros “objetos de pensamento” (p. 120). O primeiro tipo de incógnitas está envolvido nas regras constitutivas do entendimento: “As incógnitas dos problemas do entendimento são as unidades objetivas de aparecimentos. Cada uma delas é “algo em geral = x ”, um “ x transcendental”, isto é, uma *incógnita transcendental*” (p. 121). O segundo tipo está envolvido nas regras regulativas da razão, entendidas como “máximas heurísticas” para a busca da unidade sistemática dos conhecimentos do entendimento; também elas projetam, de acordo com Kant, incógnitas transcendentais ou “ x transcendentais”, que levam a razão a se referir a objetos de pensamento ou “objetos meramente inteligíveis” (p. 125), como correspondentes de suas idéias, alvo da crítica desconstrutiva de Kant: “Um dos principais objetivos da *Crítica da razão pura* é mostrar que nenhuma proposição sobre objetos de idéias é decidível, sendo conseqüentemente sem sentido e condenada a ser eliminada de qualquer sistema verdadeiramente científico de conhecimento” (p. 127).

Passando finalmente a responder à exigência da interpretabilidade em termos de objetos possíveis, válida “universalmente para todos os conceitos e juízos com pretensão à validade objetiva” (p. 20), os capítulos 4 a 7 reconstruem a analítica transcendental como uma semântica *a priori*, especificando o capítulo 4 os elementos intuitivos, o capítulo 5 os elementos discursivos, o capítulo 6 a unidade originária dos dois elementos anteriores e o capítulo 7 sua aplicação na pesquisa empírica. Se a interpretação objetiva de conceitos e

juízos deve ser entendida como uma interpretação sensível, então convém apresentar claramente os elementos sensíveis ou intuitivos, em termos dos quais podem ser interpretadas representações em geral do entendimento e da razão. Os elementos intuitivos do conhecimento de objetos provêm “tanto da receptividade quanto da espontaneidade” (p. 138), intervindo a receptividade de três maneiras: primeiro, como entrada de dados, “ão ser afetada a partir de fora”; depois, conferindo certas qualidades empíricas a estes dados, “devidas à constituição de nossos órgãos dos sentidos”, e, finalmente, impondo “condições formais, representadas pelas intuições formais do tempo e do espaço, a toda e qualquer operação de auto-afecção pelo solucionador humano de problemas” (p. 138). Essencialmente, provêm da receptividade as sensações ou dados empíricos e a forma espaço-temporal da própria sensibilidade, enquanto a determinação dessa forma, como resultado da aplicação das regras puras do entendimento à imaginação transcendental, é o produto de uma ação espontânea de auto-afecção, constituindo, entretanto, uma fonte de representações intuitivas (particularmente as representações determinadas do tempo).

Tratando dos elementos discursivos envolvidos nas operações cognitivas, o capítulo 5 aborda os diferentes tipos de conceitos empregados pelo solucionador humano de problemas, procurando mostrar como satisfazem a *primeira condição semântica* de proposições sintéticas, segundo a qual todos os conceitos precisam ter referência e significado (cf. p. 20). Neste contexto, “referência” é empregado “para designar aquilo que Kant chama de relação (*Beziehung*) de um conceito a (*auf*) um objeto” (p. 171), enquanto “significado” traduz o termo kantiano “*Bedeutung*”, colocando -se desde logo o problema da relação entre significado e referência dos conceitos. Segundo o autor, “a posição kantiana sobre a relação entre a referência e o significado objetivos pode ser interpretada da seguinte maneira: um conceito tem significado objetivo somente se tiver referência objetiva” (p. 174). Assim sendo, a semântica ou teoria kantiana do significado estabelece que a referência a objetos é uma condição da significatividade dos conceitos. Como existem somente dois domínios de objetos, a saber, o domínio dos objetos empíricos e o domínio dos objetos matemáticos (cf. pp. 21 e p. 174), a tarefa de estabelecer uma interpretação intuitiva para os conceitos, a fim de responder à primeira condição semântica de proposições sintéticas, tem limites demarcados: “A tese principal da semântica transcendental kantiana pode agora ser enunciada dizendo que um conceito tem sentido objetivo somente se puder ser relacionado a representações intuitivas de objetos, pertencentes quer ao domínio dos objetos empíricos, quer ao domínio dos objetos matemáticos” (p. 174). Conceitos que podem ser referidos desta maneira a objetos são ditos preenchíveis ou, em geral, possíveis, tendo-se duas classes dos mesmos, a dos conceitos empíricos e a dos conceitos puros. Os conceitos empíricos são subdivididos pelo autor em conceitos de percepção e conceitos de experiência, enquanto os conceitos puros se subdividem em conceitos matemáticos e conceitos puros do entendimento (p. 181).

Os conceitos de percepção satisfazem à condição semântica da interpretabilidade objetiva, por se referirem tão-somente a perceptos, os quais são representações intuitivas complexas que se relacionam imediatamente a objetos, em operações de síntese como as envolvidas na apreensão e na reprodução (p. 181). Os conceitos de experiência também satisfazem à primeira condição semântica, por se limitarem a definições nominais “como explicitações do nosso modo de *designar* as coisas” (p. 184), nas quais são empregadas apenas notas características extraídas do que é dado na intuição. Os conceitos de percepção e de experiência têm, portanto, estabelecido seu significado pela referência direta ao domínio dos objetos empíricos ou objetos dos sentidos, decidindo-se a questão sobre a constituição do domínio de interpretação dos conceitos empíricos na resposta à questão fundamental acerca da constituição da própria experiência, na qual são dados os objetos empíricos.

Os conceitos matemáticos têm seu significado assegurado pela referência a construções na intuição pura, sendo sua característica principal “à construtibilidade dos seus referentes na intuição pura por meio de construções esquemáticas” (p. 186). O domínio de interpretação de conceitos matemáticos é constituído por classes de “construtos *a priori*” na intuição pura (p. 198).

Os conceitos puros do entendimento preenchem a condição de sua interpretabilidade objetiva como regras de um conjunto de operações do entendimento sobre a imaginação pura, conhecido desde Kant como esquematismo transcendental. Nestas operações, “sob o nome de ‘síntese transcendental da faculdade da imaginação pura’, o entendimento ‘exerce sobre o sujeito *passivo*, cuja *faculdade* ele é, aquela ação da qual dizemos, com direito, que ele *afeta* o sentido interno”, sendo a “fonte de todas as ligações” (B 154)” (p. 201). O uso dos conceitos puros do entendimento como regras das operações de ligação do múltiplo dado na imaginação pura “engendra auto-afecções que são as formas ou figuras particulares chamadas ‘esquemas transcendentais’” (p. 201). Como auto-afecções do sentido interno, os esquemas transcendentais constituem um referente intuitivo puro *a priori* dos conceitos puros do entendimento, preenchendo, assim, a condição semântica de sua interpretabilidade intuitiva. A relação ao domínio dos objetos empíricos dar-se-á como condição de possibilidade dos próprios objetos empíricos ou da experiência em geral.

Para a completude da tipologia dos conceitos teóricos, é necessário acrescentar ainda o caso das idéias ou conceitos puros da razão. As idéias kantianas são conceitos que permitiriam atender ao postulado lógico da razão, o qual exige que se encontre, para o conhecimento condicionado do entendimento, o incondicionado que completa sua unidade. Como o conhecimento do incondicionado ultrapassa, entretanto, os limites da experiência possível, não é possível dar uma interpretação intuitiva direta das idéias da razão. Sendo necessárias para realizar a tarefa da máxima sistematização dos conhecimentos do entendimento, as idéias precisam, como qualquer outro conceito, uma interpretação

sensível, a fim de não serem inteiramente vazias. O procedimento aqui investigado por Kant é a interpretação analógica, através de um esquematismo analógico, descrito por Loparic nos seguintes termos: “A interpretação intuitiva de uma idéia consiste em dois movimentos que vão em direções opostas: o movimento descendente, simbolização propriamente dita, de subsunção de um *símbolo*, isto é, de um objeto sensível sob a idéia que interpretamos, e o movimento ascendente, esquematismo analógico propriamente dito, que transfere as regras de reflexão do objeto sensível para o objeto da idéia” (p. 281). A interpretação simbólica das idéias da razão é tratada amplamente no capítulo 8.

Tendo assim considerado, em relação aos diversos tipos de conceitos, o problema de sua interpretabilidade objetiva, passa-se à *segunda condição semântica* de proposições sintéticas, segundo a qual “deve ser possível interpretar sua forma discursiva por formas intuitivas dáveis na intuição sensível, pura ou empírica” (p. 203). Esta condição é tratada por Loparic no capítulo 6, no âmbito de uma teoria semântica *a priori* da verdade. Partindo da lógica tradicional, Kant descobre uma tábua de funções lógicas dos juízos, cuja referência a objetos em geral revela uma tábua de conceitos puros do entendimento ou categorias. Investigando a função das categorias no horizonte do problema da interpretabilidade intuitiva das formas dos juízos, a leitura de Loparic assume como “patente que a teoria kantiana das categorias está a serviço de uma *semântica* dos juízos sintéticos, isto é, da teoria da validade objetiva das formas proposicionais sintéticas geráveis por operações lógicas (discursivas) atribuídas ao entendimento” (pp. 103-204). Conseqüentemente, seu interesse se concentra na doutrina transcendental do juízo, em suas duas partes, a teoria do esquematismo transcendental e a teoria dos princípios do entendimento puro. A primeira parte, como “estudo das operações da determinação *a priori* do tempo à luz das categorias – nada mais é do que uma teoria da referência e do significado de conceitos puros do entendimento e, como tal, faz parte da semântica *a priori* kantiana de representações discursivas” (p. 204). A segunda parte, por sua vez, fundamenta-se na primeira, uma vez que as provas dos princípios do entendimento puro “são bas eadas na teoria da referência e do significado objetivo das categorias”, de tal modo que “à teoria kantiana do esquematismo transcendental é, ao mesmo tempo, uma semântica *a priori* de conceitos e uma semântica, também *a priori*, de juízos do entendimento puro” (p. 204). Tudo indica que o autor toma os princípios do entendimento como estes “juízos do entendimento puro”, o que acarreta uma limitação bastante acentuada da análise, implícita, aliás, na concentração sobre a doutrina transcendental do juízo, com o conseqüente abandono da ênfase costumeira na dedução transcendental das categorias.

Tomadas em conjunto, a doutrina do esquematismo transcendental e a doutrina dos princípios do entendimento “constituem a fundamentação da *lógica da verdade* de Kant, que trata do conteúdo intuitivo *a priori* de formas proposicionais sintéticas” (p. 205). Os princípios do entendimento provêm as condições *a priori* da verdade de qualquer juízo

empírico, enunciando “as propriedades *a priori* que os aparecimentos devem possuir [...] a fim de que entre eles e os juízos de experiência e matemáticos possa existir a relação de concordância entendida kantianamente como relação de preenchimento” (p. 214). Assim, a doutrina dos princípios, fundamentada por sua vez no esquematismo transcendental, conclui a lógica da verdade, posto que a verdade é tomada como a “relação de *preenchibilidade* ou *satisfazibilidade* entre representações discursivas e intuitivas” (p. 212). Apoiando-se nos resultados do capítulo 4, que tratou dos procedimentos intuitivos da síntese da imaginação, e do capítulo 5, que abordou o problema da interpretação intuitiva das categorias, Loparic passa a apresentar uma “interpretação *a priori* objetiva da quantidade de juízos” (6. 5.), uma “interpretação *a priori* objetiva da qualidade de juízos” (6. 6.), uma “interpretação *a priori* objetiva da relação” (6. 7.), especificada ulteriormente em interpretações das relações sujeito-predicado, fundamento-conclusão e de disjunção, sendo de notar a ausência de uma interpretação correspondente da modalidade de juízos.

Não sendo possível nem indicado, no âmbito de uma resenha, entrar nos detalhes da reconstrução lopariciana da parte central da semântica *a priori* de Kant (a saber, seu esquematismo transcendental, cf. p. 205), cabe ainda ressaltar a importância do capítulo 7, que continua a investigação dos princípios do entendimento, agora no âmbito dos problemas objetuais, e do capítulo 8, dedicado a problemas sistêmicos na crítica kantiana. O exposto nestes dois capítulos mostra toda a envergadura da leitura proposta por Loparic, o que nos levou no início a tomá-la como a primeira leitura sistemática da obra kantiana no Brasil. Retomando a linha das pesquisas epistemológicas contemporâneas, Loparic constata que Kant foi o primeiro a ver claramente que os “problemas cognitivos podem ser divididos em problemas relativos a objetos e problemas relativos a sistemas teóricos” (p. 252). Entendendo-se em geral a razão teórica como o solucionador humano de problemas cognitivos, a investigação destes dois tipos de problemas levou Kant a uma concepção revolucionária da razão como sistema de regras e máximas para operações capazes de resolver os problemas.

Problemas objetuais são tarefa do entendimento, dizendo respeito a instanciações possíveis na experiência. São divididos em empíricos e matemáticos. As regras que permitem controlar as operações destinadas a resolver problemas objetuais são os princípios do entendimento, que ressaltam agora como um “quadro *a priori* da pesquisa empírica” (p. 252). Os princípios do entendimento constituem as regras que tornam possível o que Kant chama de “exposição” das aparências, uma operação do entendimento que consiste em relacionar o múltiplo sensível dado (como mera aparência) à unidade do objeto visado como incógnita objetual ou “*x* transcendental”. Na medida em que isso se dá, fica estabelecida também a aplicabilidade empírica das regras da unidade assim introduzidas. Por isto, pode-se entender a doutrina dos princípios do entendimento como justificção da ciência moderna. Assim, “o papel dos princípios dos axiomas e das

antecipações, em sentido estrito, é tornar concebível e justificar a aplicação da geometria, da álgebra e do cálculo no estudo de aparecimentos” (p. 253), e “os princípios *a priori* para analogias, por sua vez, favorecem o estabelecimento de leis empíricas *dinâmicas*” (p. 254), leis fundamentais na moderna ciência física. Quanto aos postulados do pensamento empírico em geral, enfim, é-lhes atribuído um valor metodológico como “critérios para provar proposições empíricas, para aceitar hipóteses e para estabelecer o grau de confiabilidade destas últimas” (p. 256), o que mais uma vez situa um vasto espectro de problemas fundamentais da filosofia da ciência. Como teoria do solucionador de problemas objetuais empíricos, a doutrina dos princípios do entendimento apresenta em linhas gerais a “teoria kantiana do método experimental”, justificando “o emprego dos métodos matemáticos e analógicos de solução de problemas na descoberta de novas leis e fatos empíricos”, determinando “a estrutura básica do domínio dos aparecimentos” e assegurando, assim, “a possibilidade (satisfazibilidade) das leis empíricas” (p. 256). Ela fornece, finalmente, “ao pesquisador um conjunto fixo de propriedades e relações a serem procuradas” e estabelece “critérios para a aceitação de proposições e para a formação de hipóteses e explicações” (p. 256).

Problemas sistêmicos são tarefa da razão teórica em sentido estrito. Estes problemas originam-se, não da exigência de submeter o múltiplo sensível dado às regras da unidade objetiva (como no caso dos problemas objetuais do entendimento), mas da exigência de submeter todos os conhecimentos do entendimento a uma totalidade absoluta. Os valores das incógnitas ou “*x* transcendentais” dos problemas teóricos da razão não são os dados sensíveis e sua exposição, como no caso do entendimento, “mas os todos absolutos desses dados que estão além de qualquer percepção possível” (p. 270). Em outros termos, os problemas sistêmicos originam-se do postulado da razão teórica que impõe a tarefa de buscar o incondicionado, pelo qual o conhecimento sempre condicionado do entendimento chegaria à unidade completa. A filosofia crítica kantiana expõe finalmente este postulado lógico da razão, dando-lhe uma interpretação que constitui uma ruptura fundamental com a tradição do pensamento metafísico dogmático. Essa tradição tomava o postulado da razão teórica como uma proposição sintética, “afirmando que, se o condicionado estiver dado, a seqüência integral de suas condições estará igualmente dada” (p. 272), chegando inevitavelmente a uma multiplicidade de proposições sintéticas transcendentais, ou seja, sem fundamento na experiência possível. A interpretação crítica do postulado da razão o toma “como uma ‘proposição analítica’ que exige estender ao máximo a seqüência de condições empíricas de qualquer coisa que seja dada empiricamente” (pp. 272-3), gerando igualmente uma multiplicidade de problemas, já não de problemas objetuais insolúveis, mas de problemas sistêmicos, solúveis em princípio por meio da pesquisa sistêmica. Para a compreensão da teoria kantiana da razão teórica e de sua crítica da metafísica tradicional, em boa parte dela decorrente, esta distinção das duas interpretações possíveis do postulado

da razão teórica é de suma importância. Pois, por um lado, “se partirmos da interpretação dogmática do postulado da razão, as incógnitas dos problemas da razão serão *objetos* supra-sensíveis tais como a substância simples, o mundo das coisas em si ou a inteligência suprema” (p. 273). A interpretação dogmática leva, então, necessariamente a problemas insolúveis por princípio, pois quer uma solução objetual para um problema que ultrapassa os limites de toda solução objetual possível, a saber, os limites da experiência possível. Se, por outro lado, “escolhermos a interpretação crítica, a nossa incógnita (*x* transcendental) não é um objeto, mas o *sistema* unificado de explicações empíricas de objetos dados na experiência possível” (p. 272), o que permite soluções no âmbito da pesquisa sistêmica.

A análise subsequente do método das idéias da razão pura (8.2. a 8.10.) constitui uma investigação pioneira em nossa literatura kantiana, recomendando-se aos leitores seu estudo detalhado. Aqui, seja permitido encerrar este tópico com o resultado essencial do tratamento dado à teoria kantiana da razão teórica, segundo o qual a transformação da metafísica em metodologia constitui propriamente a “revolução kantiana em metafísica”, que “consiste em provar que a interpretação objetiva direta dos princípios metafísicos especulativos tradicionais é impossível, e em dar-lhes o papel de regras metodológicas gerais em programas de pesquisa científica” (p. 302). Com a ênfase posta nos aspectos heurísticos e metodológicos da concepção kantiana da metafísica, Loparic situa o programa kantiano em um longo desenvolvimento que culmina na filosofia da ciência contemporânea: “Com essa reinterpretação das idéias da razão, isto é, da metafísica tradicional como metodologia das ciências empíricas da natureza física e psíquica, Kant inicia um programa de teoria da ciência que, no nosso século, Popper, além de muitos outros, ainda tentava completar” (p. 302).

Mas, como já indicado no início, a leitura sistemática de Loparic não se limita ao domínio teórico, tendo sido estendida ao domínio prático e à estética em trabalhos posteriores, listados no aparato bibliográfico (p. 322ss.). Não sendo objeto desta resenha, parece, entretanto, relevante apontar para esta extensão da investigação, posto estender a abrangência da leitura sistemática proposta. Neste processo, faz sentir seus efeitos a relativa indistinção em que são tomadas a crítica e a filosofia transcendental, o que leva o autor a tratar a *Crítica da razão prática* e a *Crítica da faculdade do juízo* como extensões da filosofia transcendental: “Na *Crítica da razão prática* (1788), Kant fará distinções adicionais que lhe permitirão aplicar a crítica não somente aos “conhecimentos”, mas também aos conceitos e juízos da razão prática. Dessa maneira, a filosofia transcendental passa a abranger também a filosofia prática.” (p. 13) Em nota da mesma página, o autor inclui também a *Crítica da faculdade do juízo* entre “às sucessivas extensões do conceito kantiano da filosofia transcendental”: “Uma aplicação adicional da filosofia transcendental foi feita na terceira *Crítica*, que trata da semântica *a priori* dos juízos da reflexão, isto é, dos juízos sobre o belo, o sublime e sobre a relação de conformidade a fins.” Lembrando

que a filosofia transcendental é propriamente a versão crítica da ontologia em geral, é bem provável que muitos leitores de Kant encontrem dificuldades nesta extensão da filosofia transcendental para além do domínio teórico, dificuldades que poderiam ser evitadas com uma distinção mais incisiva entre crítica e filosofia transcendental e com a extensão tão-somente da primeira à filosofia prática e à estética, limitando-se a filosofia transcendental a problemas de ordem lógico-ontológica.

O livro de Loparic e os artigos posteriores que lhe dão continuidade constituem, portanto, um desafio para todos os que se ocupam de Kant, sendo entre nós também um desafio para um avanço no sentido da sistematização da leitura da obra de Kant como um todo.